

A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA ADORNO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DE MOGI MIRIM

ADORNO JÚNIOR, Hélcio Luiz
Faculdade Santa Lúcia
helcio.prof@santalucia.br

RESUMO

A influência dos imigrantes italianos é marcante na história brasileira. Não poderia ter sido diferente em Mogi Mirim, localidade que contou com a efetiva participação de imigrantes italianos na sua formação e no seu desenvolvimento. O Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno foi um dos expoentes dessa história. O Município soube reconhecer seu mérito, distinguindo-o com a denominação de logradouro e de escola pública. Descendente de família de italianos que foi pioneira na colonização do Brasil e na fundação do então Arraial de São José de Mogi Mirim, teve significativa atuação para o desenvolvimento social local, nas áreas da educação, da cultura e da política, como se estudará neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: *História; Mogi Mirim; Imigração; Italianos; Coronelismo.*

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é a história da imigração italiana em Mogi Mirim, com especial destaque para a figura do Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno e da participação de seus ascendentes em sua fundação.

Antecede ao tema central uma breve incursão pela História, cujo estudo não pode prescindir da análise dos períodos da baixa Idade Média, passando pelo Renascimento mercantil e cultural na Europa, e da Idade Moderna, com as grandes navegações e a descoberta de novos continentes,

o bandeirantismo e a colonização do Brasil.

O segundo momento da pesquisa trata especificamente da história do Município de Mogi Mirim. Serão destacados os períodos Imperial e Republicano (primeira fase), momentos históricos nos quais houve a participação efetiva de integrantes da família Adorno para a formação cultural da cidade, sobretudo de um de seus principais expoentes, o Coronel Venâncio.

O objetivo deste artigo é propiciar ao leitor o conhecimento de fatos históricos que antecederam à fundação do então Arraial de Mogi Mirim e destacar a participação de ilustres representantes de família italiana na sua fundação e no seu desenvolvimento.

2. O PERÍODO MEDIEVAL: A FAMÍLIA ADORNO NA ITÁLIA

No período medieval, prevalecia, na Europa, o sistema feudal. Para buscar proteção contra a invasão dos bárbaros, que eram os povos que não integravam o chamado mundo civilizado (domínios territoriais do Império Romano), as pessoas refugiavam-se nos feudos. Tratava-se de grandes áreas territoriais formadas por castelos protegidos por muros e rodeados por fossos de água. Nesses domínios, moravam o senhor feudal, seus familiares e servos, que plantavam nos arredores do castelo. Era a relação de susserania e vassalagem, pela qual o senhor feudal dava proteção aos servos em troca da prestação de serviços ao feudo (HERMIDA, 1959).

O feudalismo perdeu sua importância com o Renascimento, já na baixa Idade Média. Tornou-se desnecessária a proteção dos servos pelo senhor feudal e, por conseguinte, a própria existência dos feudos, com a volta das atividades mercantis e culturais. Hermida (1959, p. 13) menciona outras causas do fim do feudalismo:

[...] No século XV ocorreram na Europa importantes acontecimentos que contribuíram para assinalar o fim da Idade Média. Nesse século, terminou a guerra dos Cem Anos, longa luta entre a França e a Inglaterra, e que tanto enfraqueceu a nobreza; em consequência, os nobres perderam o poder que exerciam em seus domínios ou feudos, onde agiam como se fossem verdadeiros soberanos, enquanto que os reis passaram a governar com autoridade ilimitada. Desse modo, no fim da Idade Média, o feudalismo (poder dos nobres) foi substituído pelo absolutismo (poder dos reis). Para essa transformação política, muito concorreu a ajuda que aos soberanos prestou a burguesia, uma classe nova que surgiu nas cidades e enriqueceu com o comércio e a pequena indústria. [...]

Assim, na baixa Idade Média, os feudos foram gradativamente extintos e substituídos pelos burgos. Eram pequenas vilas, nas quais houve incipiente atividade de comércio. Esse contexto histórico foi marcado pelo Renascimento econômico, que também refletiu no campo da cultura, com novas manifestações artísticas. Hermida (1959, p. 14) inclui o Renascimento entre as principais causas do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna:

[...] São, portanto, as principais características do início dos tempos modernos, a formação do absolutismo, que substituiu o feudalismo medieval; o aparecimento da burguesia, a nova classe social que apoiou os reis contra os nobres; o Renascimento, que se inspirou na cultura dos gregos e romanos; as grandes navegações, que transferiram o comércio do Mediterrâneo para o Atlântico. Também assinalam o começo da Idade Moderna a Reforma (protestantismo), a vulgarização no ocidente da pólvora, da bússola e do papel, inventados pelos chineses, e a invenção da imprensa, pelo alemão Gutemberg. [...]

O Renascimento foi marcante na Itália, especialmente nas cidades portuárias, como Veneza e Gênova, onde o comércio ganhou força com as navegações. As embarcações saíam dos portos da península itálica para a entrega de mercadorias em todas as imediações do mar Mediterrâneo. Segundo as lições de Hermida (1959, p. 30):

[...] Das causas que contribuíram para que a Itália fosse o berço do Renascimento, a mais importante foi a prosperidade das cidades italianas, enriquecidas com o desenvolvimento das indústrias e com o comércio marítimo pelo Mediterrâneo. Os príncipes, que governavam estas cidades, admiravam as obras de arte, cercavam-se de cortes de artistas e escritores e ordenavam a construção de monumentos. [...]

Importante localidade portuária italiana foi Gênova, de onde a família Adorno é oriunda. Como ensina Hermida (1959, p. 21), “(...) o comércio com o Oriente, na Idade Média, constituía monopólio dos venezianos e genoveses, que compravam as mercadorias aos muçulmanos para revendê-las na Europa por elevado preço”.

Há registros históricos da participação de integrantes da família Adorno na política daquela localidade, já na Idade Média. Muitos de seus representantes foram Doges da República, sobretudo em Gênova, cargo

que permitia que seu ocupante acumulasse as funções de administrador e de julgador no território em que atuava (WIKIPEDIA, 2015, s.p.):

[...] Os irmãos Adorno eram descendentes de uma célebre família genovesa, cuja primeira participação na vida pública se deu em 1321. Janfranco Adorno, ao ser eleito ancião, marca o início das conquistas populares que fariam o declínio do sistema feudal em 1339, com o governo de Simão Bocanegra, que teria sido sucedido por Gabriel Adorno, primeiro doge da família. Outros membros da família também foram doges, como Giorgio Adorno (elevado ao trono ducal em 1413). (...) A família Adorno foi uma família patriciana em Gênova, Itália, do partido Ghibelline, vários dos quais foram Doges da República. O primeiro deles, Gabriele Adorno, fez também o papel de tenor na ópera de Giuseppe Verdi Simon Bocanegra. [...] Foram doges: Gabriele Adorno (1320–1398), Antoniotto Adorno (1340–1398), Giorgio Adorno (1350 – 1430), Raffaele Adorno (1375 – 1458), Barnaba Adorno (1385 – 1495), Prospero Adorno (1428 – 1486), Agostino Adorno (1488-1499) e Antoniotto II Adorno (1479 - 1528). [...]

Acirradas disputas políticas contrapunham as nobres das famílias Adorno e Fieschi (Fregoso), em Gênova. Para encerrar as desavenças, resolveu-se conciliar os interesses de ambas as famílias, mediante a realização de casamentos entre seus membros. Para essa conveniência entre ambas as famílias genovesas, Catherine Fieschi casou-se com o príncipe Giuliano Adorno (WIKIPEDIA, 2015, s/p):

[...] Catherine era um membro da família nobre do Fieschi: seu pai era Giacomo Fieschi, nobre genovês, o sobrinho do Papa Inocêncio IV e vice-rei de Nápoles por um curto período de tempo. O nome da mãe era Francesca di Negro. Foi educada de acordo com os parâmetros da nobreza da época, estudando não só do latim e clássicos gregos, mas também Dante, Petrarca e Jacopone, bem como os tratados religiosos da época. A 13 de janeiro, 1463, Catherine casou com o príncipe Giuliano Adorno, da Casa de Adorno, adquirindo o sobrenome do marido. A família de Catherine tinha lutado muito contra Adorno pelo domínio sobre a cidade e foram capazes de chegar a uma trégua apenas através deste casamento de conveniência entre Catherine e o jovem Adorno. O casal não teve filhos e pouco se sabe sobre esses primeiros anos: o casal não foi certamente uma família exemplar, mas o resultado de um casamento de conveniência. [...]

Com formação religiosa e incentivada por sua irmã freira, passou a

se dedicar ao trabalho de caridade, especialmente aos cuidados dos doentes e desvalidos na Itália. Eram numerosos, porque as pestes alastravam-se no continente europeu, em decorrência de péssimas condições sanitárias da época. Com o falecimento de Giuliano Adorno, Catherine continuou a desenvolver as atividades de caridade, o que lhe valeu a canonização, em 16 de junho de 1737, proclamada pelo Papa Clemente XII. É atualmente venerada pelos católicos como Santa Catarina de Gênova (SANTI; BEATI, 2015):

[...] Nascida em 1447 em uma das principais famílias genoveses. Aos dezesseis anos, é dada em casamento a Giuliano Adorno, pertencente a uma família Ghibelline importante. Vive uma frívola e mundana, mas depois de uma reunião com sua irmã, decide mudar sua vida e compartilha suas experiências místicas e de caridade com um pequeno grupo de crianças. Ela morreu em 15 de setembro de 1510. Após a conversão, a vida de Catherine tem o seu centro na relação com Cristo. Não só, no entanto, é dedicada à contemplação, mas também à ação, com real empenho especialmente aos doentes. Opera na companhia das damas da Misericórdia e começa a visitar o hospital de leprosos de São Lázaro, executando as tarefas mais humildes. Cuida também de crianças abandonadas e enfrenta várias epidemias de peste. Em 1497, ela fundou a primeira “Sociedade do Divino Amor”, que será modelo para instituições similares em outras cidades italianas como parte do que tem sido chamado de Reforma Católica. Seu corpo é mantido na igreja da Santissima *Annunziata* em Gênova. (...) Em 16 de junho de 1737, foi proclamada Santa pelo Papa Clemente XII. É também conhecida pelo título de Doutora em Purgatório, por ser autora do Tratado do Purgatório. [...]

Catherine havia feito com que seu marido, Giuliano Adorno, também se dedicasse ao trabalho voluntário de auxílio aos doentes, para o que o casal chegou inclusive a se desfazer de seus bens. Outros três integrantes da família Adorno destacaram-se nos meios católicos, no início da Idade Moderna (WIKIPEDIA, 2015, s/p):

[...] Eles mudaram completamente a vida, passaram a viver em uma casa modesta na vizinhança do hospital *Pammatone* e seu marido entrou na terceira ordem franciscana. [...] Catherine viveu uma intensa atividade de serviço aos pobres e doentes. Ela tornou-se diretora do hospital, o que era muito raro para as mulheres naquela ocasião, e foi verdadeira fonte de inspiração para a renovação da Igreja Católica na época.

Durante esta atividade também adoeceu de peste que atingiu a cidade em 1493, doença da qual ela se recuperou. Através do trabalho de um dos seus discípulos mais próximos, Ettore Vernazza, surgiu em Gênova o “reduzido”, que é o primeiro abrigo para doentes graves e incuráveis. Ela foi enterrada em Gênova, na igreja da Santissima Annunziata de Portoria, agora mais conhecida como a Igreja de Santa Catarina de Gênova. A família Adorno tem outros três integrantes significativos para a Igreja Católica: o Venerável João Agostinho Adorno, fundador dos Clérigos Regulares Menores; o Venerável Celso Adorno, pai espiritual de Charles Emmanuel I, duque de Sabóia, que morreu em Asti, em 1604, e a Venerável Irmã Cherubina Adorno, freira de Graças, tia-avó da Venerável Agostinho Adorno. [...]

A religiosidade sempre esteve presente na vida da família Adorno, desde o nascedouro na Europa, tendo sido importante para a renovação do Catolicismo. Em decorrência de desavenças havidas com o clero, a cúpula da Igreja Católica e o papado, na época marcada pela atuação da Santa Inquisição, a família Adorno emigrou para Portugal e para a Espanha, fato que deu início a um novo ciclo em sua história (FRANCO, 1989).

Os integrantes da família Adorno deixaram Gênova não somente em razão de mencionado conflito religioso. A cidade foi invadida por Andréa Dória, com o apoio do Rei Carlos V, da França. Dória forçou as duas famílias genovesas, Adorno e Fregoso (Frieschi), que disputavam a política local há cerca de duzentos anos, a se expatriarem, apropriando-se de seus bens e do poder que exerciam na localidade. Parte da família Adorno emigrou para Portugal, especialmente para as Ilhas Madeira, enquanto outro segmento dirigiu-se para a América, para as colônias portuguesas no Sul (Brasil) e espanholas no Centro (Porto Rico), no início do século XVI (FRANCO, 1989). Ainda segundo a síntese da saga da família Adorno na Europa, constante da Wikipedia (2015, s.p.):

[...] Antonio Adorno era doge em Gênova quando foi expulso por André Dória, que atacara a cidade com uma grande armada em 1528. A família pertencia ao partido gibelino, contrário aos papas, e durante duzentos anos tiveram lutas políticas com a família Fregoso. Ao serem expulsos se refugiaram em Portugal durante o reinado de D. João III, onde foram considerados cristãos-novos. Consta que trabalharam na fabricação de açúcar na Ilha da Madeira. Junto com Martin Afonso de Sousa vieram para o Brasil e fixaram-se na região de São Vicente e Santos, exceto Paulo que depois se fixou na Bahia. [...]

Assim, o êxodo da família Adorno da Itália para os países da península Ibérica permitiu que seus integrantes figurassem em outro importante momento histórico mundial: o das grandes navegações.

3. IDADE MODERNA: GRANDES NAVEGAÇÕES E COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Portugal e Espanha eram as grandes potências mundiais no final do século XV e no início do século XVI. A monarquia absolutista que governava esses países financiou grandes empreitadas de navegadores, que partiam da Europa em busca de especiarias nas Índias, em razão do fechamento da navegação no Mar Mediterrâneo pelos turcos, o que resultou na descoberta de novas terras. Como ensina Hermida (1959, p. 14):

[...] Também os turcos, inimigos dos cristãos, impediram que o comércio entre a Europa e o Oriente continuasse a ser feito pelo Mediterrâneo, como era na Idade Média: Constantinopla era o grande empório, aonde chegavam as mercadorias orientais, depois transportadas para o Ocidente, pelos navios genoveses e venezianos. Tiveram então os europeus, portugueses e espanhóis, que procurar outros caminhos para a Ásia, caminhos que os levassem diretamente aos países produtores, iniciando-se o movimento marítimo. [...]

Foi o que ocorreu com o navegador genovês Cristóvão Colombo, em 1492. Com expedição financiada pela Espanha, Colombo buscou realizar viagem de circunavegação, para atingir as Índias pela rota do ocidente. Acabou por chegar às Antilhas, na América Central, onde se deparou com diferentes habitantes, os quais foram denominados índios, vez que a busca da expedição era pela Índia. Pelas lições de Hermida (1958, p. 24-25):

[...] As lutas que os espanhóis tiveram que sustentar no continente, principalmente contra os mouros, que ainda dominavam uma pequena parte do território da Espanha, prolongaram-se até o começo dos tempos modernos. (...) Não pode haver, portanto, na Espanha um longo preparo de conhecimentos na arte da navegação, como havia ocorrido em Portugal e, embora possuísse marinheiros ilustres, foram navegadores estrangeiros que realizaram as expedições mais importantes. Colombo, que iniciou o movimento marítimo espanhol, era provavelmente da cidade de Gênova, e portugueses, também a serviço de Espanha, João Dias de Solis, que explorou o Rio da Prata, e Fernão de Magalhães, que

realizou a primeira volta ao mundo. Enquanto os portugueses procuravam pela costa africana o caminho para as Índias, o que se chamou ciclo sul, os espanhóis iniciaram suas navegações pelo ciclo ocidental: navegando pelo ocidente pensavam chegar ao oriente, baseados na redondeza da Terra; foi o que pensou realizar Colombo, inspirado num plano do cosmógrafo Paulo Toscanelli, que atribuía ao globo terrestre dimensões muito menores. É por isso que, havendo chegado às Antilhas, em 1492, Colombo pensou haver alcançado as Índias; e, nesse erro, morreu em 1506, apesar de ter feito quatro viagens à América. [...]

A notícia da descoberta de novo continente fez com que se iniciasse disputa entre as monarquias absolutistas europeias pela posse dessas terras. Portugal e Espanha foram pioneiros nessas empreitadas. Para a América do Sul, Portugal enviou o navegador Pedro Álvares Cabral, com o pretexto de que chegaria às Índias navegando pela costa da África. O desvio de trajeto, atribuído à calmaria dos ventos, mas ao que se sabe foi proposital, permitiu que a expedição de Cabral chegasse à paradisíaca Porto Seguro, na Bahia, em 22 de abril de 1500 (HERMIDA, 1958).

A relação da família Adorno com as navegações que se seguiram aos descobrimentos do novo continente é significativa. Três irmãos da família Adorno, que haviam emigrado da Itália para Portugal, chamados Giuseppe, Paolo e Francesco, acompanharam a expedição de Martim Afonso de Souza ao Brasil, em 1540 (NOVOMILENIO, 2015, s.p.):

[...] Quando el-rei de Portugal, D. Diniz, resolveu reestruturar a armada de seu país, determinou a plantação de enormes pinhais, para o cultivo de madeira própria para a construção de navios, e também tratou de importar os serviços dos navegadores italianos. Dezenas de florentinos, genoveses e venezianos prestavam serviço à marinha portuguesa à época das grandes navegações, como capitães, pilotos e marinheiros. Portanto, os primeiros italianos a pisarem o solo brasileiro vieram com as naus portuguesas, havendo também entre eles muitos mercadores, agentes comerciais e nobres emigrados por questões políticas. (...) Em 1532, Martim Afonso de Souza trouxe, em sua esquadra, os irmãos Giuseppe, Francesco e Paolo Adorno. [...]

Valendo-se da experiência que Portugal obteve nas Ilhas Madeira, também sua colônia, Martim Afonso de Souza veio para o Brasil com o propósito de difundir a cultura canavieira, para a produção de açúcar, expedição que foi integrada pelos irmãos Adorno. Para a América Central, outra

linhagem da família Adorno acompanhou os navegadores que representavam a Coroa espanhola, instalando-se em Porto Rico (FRANCO, 1989). Segundo Doria (2012, p. 1535):

[...] O primeiro alvo do rei havia de ser duplo: proteção do território e investigação geológica. Em 1530 quatro naus comandadas pelos irmãos Martim Afonso e Pero Alves de Souza chegaram ao Brasil trazendo 400 homens. Navegaram pela costa combatendo franceses, desceram ao Prata investigando e subiram de volta um pouco a norte. Aí saltaram à terra e fundaram a vila de São Vicente, logo na sequência realizando a primeira eleição das Américas para fundar a Câmara Municipal. [...]

Iniciou-se o chamado ciclo do açúcar, com a fundação de engenhos no território brasileiro. A produção tinha como mercado consumidor o continente europeu. Era a política mercantilista das monarquias absolutistas europeias, que impunha às colônias a tarefa de fornecer matéria prima para os produtos que seriam manufaturados na Europa, notadamente na Inglaterra, e posteriormente revendidos às próprias colônias. Para Doria (2012, p. 1535-1536):

[...] Atento aos fatos que tinha, e nada mais do que eles, d. João precisava de um segundo plano. E este nasceria dum longo exercício em pequena escala que Portugal conduzia nas ilhas da Madeira, no Atlântico, e de São Tomé, na África: a produção de açúcar. (...) Todos os esforços portugueses no além mar estavam voltados para o comércio, para que fossem os intermediários de venda. No Brasil, controlariam todo o processo: da sementeira à colheita, da produção ao transporte e à venda no destino final. [...]

Os irmãos Adorno fundaram, em companhia de Martim Afonso de Souza, o primeiro engenho de cana-de-açúcar no Brasil, em São Vicente, no litoral paulista. Em seguida, participaram da fundação de outro engenho, na cidade vizinha de Santos. Quanto aos destinos dos irmãos Giuseppe, Francesco e Paolo Adorno (NOVOMILENIO, 2015, s.p.):

[...] O primeiro deles se radicou em São Vicente, tornando-se amigo de Anchieta e Nóbrega. Com Brás Cubas, Pascoal Fernandes e outros, Giuseppe Adorno participou da fundação de Santos, e ficou conhecido como “o genovês”. Em pouco tempo, com seus canaviais e engenhos de açúcar, ele se transformou num dos homens mais ricos da região. Em terras

de Santos e São Vicente, Giuseppe Adorno levantou alguns dos mais antigos engenhos de açúcar do País, e neles reuniu o maior número de escravos entre as propriedades dos povoados. Segundo Frei Gaspar da Madre de Deus, ele morreu com mais de cem anos, depois de ter participado também da fundação do Rio de Janeiro e da expulsão dos franceses da Baía da Guanabara. Seu irmão Paolo, um dos colaboradores de Mem de Sá, casou-se com uma índia, e Francesco, também dono de engenhos, seguiu para Portugal em 1572. [...]

A guarda do território da colônia contra invasores estrangeiros era tarefa hercúlea para os portugueses, diante de sua vastidão e da extensão da costa litorânea. As ameaças de invasão por franceses e holandeses eram constantes e a mais grave delas ocorreu em 1555. Segundo Doria (2012, p. 1536):

[...] Por mais de meio século Portugal reinou absoluto no Brasil. Se a pequena nação ibérica teve problemas com corsários e aventureiros na costa, e teve, era no fim das contas coisa miúda e pode tocar sua colônia sem muita estratégia enquanto dedicava atenção ao resto do mundo. A tranquilidade acabou em 1555, quando Nicolas Durand, cavaleiro de Villegagnon, chegou ao Rio de Janeiro, numa ilha da Guanabara ergueu o forte de Coligny e, onde hoje é a praia do Flamengo, espalhou sua pequena vila. De repente, havia uma nova colônia na terra, sem controle de Lisboa, um projeto de levar gente e de fincar raízes, tomar conta e crescer. [...]

Os franceses invadiram o Rio de Janeiro, então Guanabara, onde fundaram um forte chamado *Coligny*. Tinham a intenção de manter uma colônia francesa e difundir a religião protestante aos seus habitantes, notadamente os índios. Aliados aos padres jesuítas católicos, entre eles Manuel da Nóbrega, atendendo ao pedido do governador-geral Mem de Sá, os membros da família Adorno travaram batalhas contra os franceses, logrando expulsá-los do Brasil, como leciona Doria (2012, p. 1536):

[...] Na nau capitânia, o governador viu que precisaria de mais gente. Tinha portugueses demais a bordo e, para eles, a única motivação era cumprir a vontade de suas Majestades em Lisboa, que desejavam ver os franceses expulsos. Ou seja, motivação quase nenhuma. O governador Mem de Sá precisava de mais gente e, se possível, gente com vontade de travar essa batalha. Foi quando o padre Nóbrega lançou mão da pena e escreveu aos de São Vicente e São Paulo de Piratininga. (...) Os franceses no Rio de Janeiro já eram, há

muito, foco das preocupações de Manuel da Nóbrega. Ele acreditava que o domínio português só estaria garantido com a eliminação daquela colônia. (...) Manuel da Nóbrega era um padre da Contrarreforma: não tinha olhos para dogmas ou rituais. (...) Foi por seu intermédio que o traidor francês veio encontrar o governador geral. Tendo salvo os vicentinos de um ataque tamoio, Cointa foi ser hóspede de Giuseppe Adorno, um italiano de Gênova, há várias décadas brasileiro, pai de brasileiros, dono de um dos raros engenhos produtivos de São Vicente. Na casa de Adorno, o padre e o francês se conheceram. [...]

Segundo Hermida (1959, p. 87), “[...] a principal causa do insucesso dos domínios franceses na América foi a falta de apoio do governo de França”, o que afetou sua presença na América do Norte. Já era, à época, dominada pelos ingleses, com os quais os franceses estavam em luta, na chamada guerra dos Sete Anos, na Europa, conflito que se estendeu às colônias americanas do norte. Particularmente quanto ao Brasil, Doria (2012, p. 1537) ensina que:

[...] Política, na paz e na guerra, é um jogo de pequenas hipocrisias. A França Antártica tinha sido um empreendimento particular de Villegagnon, é verdade. Mas a realza da França o incentivou de bom grado. Se mudou de humor é porque, cinco anos após fundada a colônia tinha criado mais problemas que soluções. (...) O desânimo tomou conta dos cento e poucos franceses que restaram. No auge, foram mais de 600 e no entanto, naquele clima de cada um por si que nasceu, um tomou a decisão de trair. Chamava-se João de Cointa, senhor de Boulez. [...]

A missão dos padres jesuítas, como é sabido, era promover a Contrarreforma Católica. Os protestantes haviam abalado as bases da Igreja Católica, ao deflagrar o movimento denominado Reforma. Surgiram o Calvinismo, o Luteranismo e o Anglicanismo na Europa, religiões que protestavam contra alguns dos dogmas católicos e ganhavam adeptos naquele continente. Para Hermida (1959, p. 41 e 46):

[...] Chama-se Reforma a revolução religiosa do século XVI que deu origem ao protestantismo. Na Idade Média surgiram muitas opiniões sobre matéria religiosa que ameaçavam a unidade da Igreja (...). Também contribuiu para a Reforma o Renascimento, que despertou o espírito de livre exame, isto é, de discussão e crítica sobre todos os assuntos, até mesmo o de natureza religiosa. (...) A Reforma, que Lutero fundou

na Alemanha, propagou-se rapidamente por outros países da Europa; na própria Alemanha, na Suíça, na Inglaterra, surgiram outros reformadores, dando origem a numerosas seitas. [...]

Buscando evitar que o movimento da Reforma Protestante atingisse às colônias, a Igreja Católica promoveu a Contrarreforma. Ficou a cargo dos jesuítas acompanhar os grandes navegadores para promover sua doutrina entre os habitantes do novo continente, que eram os índios, aculturando-os. A missão foi desempenhada com êxito, sendo significativo o trabalho missionário dos padres jesuítas José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, conforme Hermida (1959, p. 50-53):

[...] A reforma protestante, que Lutero fundou na Alemanha, propagou-se rapidamente, com o aparecimento de outros reformadores, por quase todos os países da Europa. Para impedir seu desenvolvimento a Igreja, na segunda metade do século XVI, adotou várias medidas, sendo a mais importante a convocação de um concílio na cidade de Trento. (...) Também as ordens religiosas, criadas na mesma ocasião, contribuíram para fortalecer a fé católica. (...) Foi na capital da França que Loyola fundou a Companhia de Jesus (...). Os jesuítas, que se consideravam soldados de Cristo, devem seguir uma disciplina rigorosa e prestar obediência ao papa. (...) Os jesuítas dedicaram-se às pregações aos fiéis, à catequese dos gentios e ao ensino da mocidade. (...) O Brasil muito deve aos inicianos, que catequizaram os índios, reprimiram os abusos dos colonos e fundaram colégios. Nessa missão distinguiram-se, principalmente, Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, nos tempos dos primeiros governadores gerais e, no século XVII, o padre Antonio Vieira que defendeu os índios do Maranhão da opressão dos colonos. [...]

Para Hermida (1959, p. 23), a religião foi um dos fatores que motivaram as grandes navegações para a descoberta de novas terras:

[...] Outra causa importante dos descobrimentos foi o sentimento religioso, porque despertou em muitos o desejo de converter os povos orientais à fé cristã. Os soberanos europeus queriam localizar no oriente o lendário Preste João, poderoso rei, convertido ao Cristianismo, e com ele estabelecer firme aliança contra os muçulmanos. Por isso se diz que, do ponto de vista religioso, o movimento marítimo pode ser considerado como uma continuação das cruzadas. [...]

Os padres jesuítas já haviam contado com a colaboração de Giuseppe Adorno na missão de pacificação dos índios, antes do episódio da expulsão dos invasores franceses da Guanabara, como informa Doria (2012, p. 1537):

[...] A relação com Nóbrega já havia sido formada fazia anos. Após o cerco a São Paulo, o velho padre tomou para si a responsabilidade de firmar algum tipo de cessar-fogo com os índios. Para isso, precisaria de Anchieta, não apenas o mais capaz dentre aqueles que entravam na Companhia de Jesus, mas também um intérprete de 'nhengatu', a língua boa dos tupis. Em abril de 1563, os dois desceram o planalto em direção à Bertioga, onde pegaram carona no navio de Giuseppe Adorno, o genovês que um dia, fazia já uns anos, hospedou o traidor francês, João Cointa. Adorno 'vestia o saio negro dos cavaleiros cruzados, a sua longa espada descansando sobre os joelhos, sereno e altivo em meio do gentio feroz e carniceiro', descreveu o irmão José. Tê-lo próximo, mesmo que a alguma distância durante as negociações, era garantia de tranquilidade. Como não era português, mas italiano, os índios não lhe eram tão hostis. [...]

Verifica-se, assim, que as questões religiosas sempre estiveram presentes em relevantes momentos da história da humanidade, não tendo sido diferente na trilha dos membros da família Adorno.

4. O BANDEIRANTISMO E A OCUPAÇÃO DO INTERIOR DO BRASIL

Depois da tentativa, sem sucesso, de implantação das capitânias hereditárias, divisões horizontais do solo brasileiro em faixas territoriais que seriam atribuídas a pequenos nobres, a Coroa Portuguesa buscou instalar um governo centralizado no Brasil. Instituiu, em meados do século XVI, o cargo de governador-geral, com sede em Salvador, e nomeou para o exercício da função Tomé de Sousa, como ensina Doria (2012, p. 1537):

[...] Em 1534 e 36, d. João dividiu o Brasil em doze capitânias hereditárias, tentando convencer gente com dinheiro, ambição e pequeno título de nobreza a povoar a terra. Só duas, Pernambuco e São Vicente, funcionaram. Em 1549, nomeado governador geral, Tomé de Sousa fundou Salvador e, com ela, uma capitania diferente, sob o comando do próprio rei. [...]

Após atuar na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, um dos

três irmãos da família Adorno, Paolo Dias Adorno, mudou-se para a Bahia, onde se casou com a filha do bandeirante Caramuru. Era bem próximo ao governador-geral Tomé de Sousa e, segundo Doria (2012, p. 1538):

[...] Adorno vivia já há tempos no Brasil, para onde viera com o irmão Giuseppe. De família genovesa nobre, juntou seu sangue à nobreza da terra, casando-se com Felipa Álvares, filha de Diogo Álvares Caramuru com a índia Paraguaçu. [...]

A mesma informação consta de matéria que foi publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 04 de janeiro de 1954:

[...] Casou-se, em 1534, na Igreja da Graça, em Salvador, com a filha de Caramuru, Filipa Alvares - o primeiro casal a matrimoniar-se na Bahia. Tiveram como filho o famoso bandeirante Antonio Dias Adorno, que em 1574 percorreu o sertão em busca de minas de esmeraldas, e plantou os primeiros núcleos populacionais no interior de sua capitania. Paulo Dias Adorno, que guerreou contra os indígenas na Bahia, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro e acompanhou Estácio de Sá ao Rio de Janeiro (1565 - 1567), deve ter sido o primeiro italiano a plantar cana de açúcar na Bahia. [...]

Um dos filhos de Paolo Dias Adorno, Antonio Dias Adorno, seguindo o ofício do avô materno, o Caramuru, tornou-se bandeirante. Integrou bandeiras que partiam para o interior do país, com destino às Minas Gerais e ao Planalto Central, a maior parte delas passando pelo interior de São Paulo. Seu parente colateral, Vicente Adorno, descendente de seu tio-avô Giuseppe Adorno, também seguiu a mesma atividade e teve participação na fundação de Mogi Mirim. Conforme Godoy (2002, p. II):

[...] Mogi Mirim, a “boca do sertão”, a mais isolada das vilas paulistanas, já existia como pequeno povoado na primeira metade do século XVI, quando a bandeira de Domingos Luís Grou, ao retornar provavelmente de Goiás, ali teve um desastroso confronto no Pirapitingui com os índios locais, sofrendo verdadeiro massacre, narrado vividamente nas Atas da Câmara de São Paulo, de 1591. Depois, por volta de 1668, os Beneditinos de Jundiá obtiveram uma vasta sesmaria, que estendia das margens do rio Atibaia ao Rio Mogi Guaçu. Esta concessão está publicada na coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, volume 23, p. 254-257, e mostra que a região já era suficientemente conhecida, pois os frades desejavam terras “para pastagem” de seus gados e os campos de Mogi Mirim se prestavam a isso. [...]

Das expedições desses bandeirantes, muitas delas lideradas por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, é que resultou a fundação do Arraial de Mogi Mirim, entre 1719 e 1721 (MENDES JÚNIOR, 1971). Era importante posto para a parada dos bandeirantes, diante de sua privilegiada posição geográfica. Como escreve Silva (1960):

[...] O novo pouso de bandeirantes era o segundo fundado entre Jundiá e o rio Grande - o primeiro fora Moji Guaçu - e serviria aos exploradores do sertão, em demanda de Minas Gerais e depois Goiás e Mato Grosso, como ponto intermediário onde pudessem abastecer-se a fim de prosseguir na jornada. Assim sendo, a antiga estrada de Goiás, roteiro do bandeirante Bartolomeu Bueno, saía de São Paulo, passava por Jundiá, Campinas, Moji Mirim, Moji Guaçu, Casa Branca, Franca, tomava a direção do Triângulo Mineiro em demanda de Goiás. [...]

A família Adorno foi pioneira em Mogi Mirim, pois o bandeirante Vicente Adorno, como já se mencionou, integrava as bandeiras e participou da fundação do então Arraial. Segundo Campos (1986, p. 09):

[...] De fato, Mogi Mirim teve sua origem a partir de de um pouso bandeirante estabelecido pelos paulistas em sua arremetida à partes mais interiores do Brasil, em busca de pedras preciosas, ouro e, especialmente, ir além da linha demarcatória do meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas. (...) Alguns dos mais antigos habitantes de Mogi Mirim foram relacionados por Mendes Júnior após pesquisa no século passado e com referência ao século XVIII: Manuel Garcia, Velho, Francisco de Siqueira, Angelo Preto, Inácio Preto de Moraes, Salvador Jorge de Moraes, Antonio de Araújo Ferraz, Francisco Bueno Pedroso, Liberata Leme da Silva, Vicente Adorno (...). [...]

Esta é, efetivamente, a informação que se extrai da obra de Mendes Júnior (1971, p. 01-02):

[...] Esta origem, aliás afirmada pelos historiadores, acha-se terminantemente confirmada por documentos. Com os elementos de que pudemos dispor, revendo cartórios e arquivos, encontramos entre os primeiros moradores do então arraial de Mogi Mirim, depois freguesia, vila e cidade, muitos dos bandeirantes de 1719 e 1721. [...]

No brasão de Mogi Mirim há referência honrosa ao papel dos

bandeirantes na sua fundação, retratada na inscrição *nata sum e paulistarum robore* (nasci da bravura dos paulistas). As bandeiras eram expedições compostas por sertanistas destemidos, que se embrenhavam pelas matas do interior do país em busca de minérios e com vistas à habitação do território. Para Mendes Júnior (1971), a beleza topográfica da região, a salubridade do clima, a fertilidade das matas e extensão e a beleza dos campos atraíram os bandeirantes, que em Mogi Mirim criaram um centro de abastecimento rural e agrícola para suas expedições. A referência que faz à biografia de Vicente Adorno é a seguinte (MENDES JÚNIOR, 1971, p. 4):

[...] Vicente Adorno, natural de São Sebastião, então da comarca de Santos. Era aqui morador e seus filhos aqui se casaram e formaram numerosa descendência., Confira-se o cit. 1º. L. de casamentos de Mogi Mirim., fol. 14 e 16, etc. Vicente Adorno era de origem italiana, descendente do genovês José Adorno, célebre na história da fundação da capitania de S. Vicente. [...]

Muitas famílias partiam de Mogi das Cruzes, Taubaté e Guaratinguetá com destino a Goiás e Mato Grosso, em busca de minas de ouro, passando por uma trilha que ligava Jacareí a Jundiá e, depois, por um desvio, feito para encurtar o trajeto, que ia de Atibaia a Mogi Mirim. Muitos deles “detiveram-se em Mogi Guaçu e no nascente vilarejo de Mogi Mirim (...) para desenvolver o comércio em um ponto estratégico, passagem obrigatória para as minas” (GODOY, 2002, p. III). O Arraial de Mogi Mirim foi instituído em 29 de janeiro de 1743 e elevado a Freguesia em 01 de novembro de 1751 (SILVA, 1960). A elevação da Freguesia à condição de Vila ocorreu em 1769, por ordem do Capitão General e Governador de São Paulo D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, segundo Campos (1986, p. 11):

[...] Finalmente, se optou por elevar a Freguesia de São José de Mogi Mirim a Vila. Assim, aos 22 de outubro de 1769, chegava a Mogi Mirim o Juiz de Órfãos Trienal da Vila de Jundiá (...). Pela Lei nº 17, de 3 de abril de 1849, o Presidente da Província de São Paulo, Padre Vicente Pires da Mota, elevou a Vila de Mogi Mirim à categoria de Cidade. A elevação de uma Vila a Cidade era pouco mais que uma honraria, pois ela passava a ter dois Vereadores a mais que ao tempo de Vila. [...]

A nova vila estendia-se desde o rio Atibaia até o rio Grande, abrangendo os arraiais e povoados de Franca do Imperador, Casa Branca, Belém

do Descalvado e Rio Claro (SILVA, 1960). “Mogi Mirim iria se consolidar, ultrapassando Mogi Guaçu e se tornando um dos mais extensos municípios do mundo, já que suas divisas iam até as barrancas do Rio Grande, nas proximidades da atual Uberaba”, cuja tranquilidade era quebrada eventualmente por ataques de índios caiapós, que foram os primeiros habitantes da região (GODOY, 2002, p. IV).

Essas ocorrências datam do período colonial brasileiro, entre os séculos XVII e XVIII. A história de Mogi Mirim ganharia relevo maior no período do Império, especialmente sob o reinado de D. Pedro II, quando passou a sediar a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. As transições do período colonial para o Império, na história brasileira, assim como a mudança do regime Monárquico para o Republicano, refletiram na vida local, como não poderia deixar de ser, e nos destinos da família Adorno em Mogi Mirim, como se verá a seguir.

5. A TRANSIÇÃO DO PERÍODO COLONIAL PARA O IMPERIAL

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, foi significativa para a Colônia. O Brasil foi elevado à condição de Reino Unido com Portugal e Algarves. Foi a primeira vez em que um monarca europeu veio para a América, com o propósito de governar seu reino à distância da Europa (GOMES, 2007). A transferência da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro decorreu da invasão das tropas napoleônicas em Portugal, como ensina Gomes (2007, p. 45, 47-48):

[...] A invasão iminente de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte obrigou o príncipe regente D. João a optar pela fuga, mas os planos de mudança para o Brasil eram uma ideia quase tão antiga quanto o próprio império português. (...) Em 1801, com a Europa ocupada por Napoleão Bonaparte, esse antigo plano ganhou senso de urgência. (...) A existência de tantos planos, e tão antigos, explica por que a mudança da corte para o Brasil deu tanto certo em 1807. Foi uma fuga, mas não tão apressada nem tão improvisada como geralmente se imagina. A decisão já havia sido tomada e analisada diversas vezes por diferentes reis, ministros e conselheiros ao longo de quase três séculos. [...]

Na iminência desse acontecimento, Dom João VI reuniu as figuras mais proeminentes da sociedade portuguesa e as transferiu para o Brasil, juntamente com os integrantes da Coroa. Bens materiais valiosos também

foram embarcados, assim como rico acervo literário das bibliotecas portuguesas, que deram origem à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ainda segundo Gomes (2007, p. 45, 47-48 e 66-67):

[...] Entre 10.000 e 15.000 pessoas acompanharam o príncipe regente na viagem ao Brasil. Era muita gente, levando-se em conta que a capital Lisboa tinha cerca de 200.000 habitantes. O grupo incluía pessoas da nobreza, conselheiros reais e militares, juízes, advogados, comerciantes e suas famílias. Também viajavam médicos, bispos, padres, damas de companhia, camareiros, pajens, cozinheiros e cavaleiros. (...) Embora o plano de fuga para o Brasil fosse antigo, a viagem foi decidida às pressas e executada de forma improvisada. (...) Os palácios reais de Mafra e Queluz foram evacuados às pressas. Camareiras e pajens varavam as noites trabalhando sem parar na retirada de tapetes, quadros e ornamentos das paredes. Centenas de bagagens contendo roupas, louças, faqueiros, joias e objetos pessoais eram despachadas para as docas. No total, a caravana tinha mais de setecentas carroças. A prata das igrejas e os 600 volumes da Real Biblioteca foram embalados e acomodados em catorze carros puxados por mulas de carga. Em caixotes, o ouro, os diamantes e o dinheiro do tesouro real foram enviados para o cais sob escolta. [...]

O Brasil tinha pouco mais de três milhões de habitantes, um terço dos quais eram escravos, sendo os índios estimados em oitocentos mil. As localidades concentravam-se no litoral e não havia muitos povoados no interior. Para Gomes (2007, p. 112, 113 e 116):

[...] A Vila de Itu, a cem quilômetros de São Paulo, era considerada a 'boca do sertão', antigo ponto de partida dos bandeirantes em direção ao interior ermo do Brasil. Era o último aglomerado urbano de São Paulo com algum conforto e comunicação regular com as demais regiões. A partir daí, o país não passava de um deserto verde, habitado por índios, garimpeiros e escassos criadores de gado, território de ação dos contrabandistas que vendiam sua mercadorias em Buenos Aires. (...) E era uma população analfabeta, pobre e carente de tudo. Na cidade de São Paulo de 1818, já no governo de D. João VI, apenas 2,5% dos homens livres em idade escolar eram alfabetizados. (...) São Paulo, hoje a maior metrópole da América Latina, era um pequeno vilarejo com pouco mais de 200.000 habitantes, incluindo os escravos. [...]

Mogi Mirim era uma das poucas localidades do interior do Brasil nessa época. Destacam-se, entre os acontecimentos locais nesse período, os

seguintes: “em 22 de abril de 1811 os oficiais da Câmara despacham uma petição de licença a Francisco de Paula Andrade, para a primeira escola pública a ensinar meninos na vila” e “em 02 de agosto de 1816 pedem nomeação de mestre régio para o ensino das primeiras letras” (MENDES JÚNIOR; 1971, p. 16-17).

Muitas foram as medidas adotadas por Dom João VI para o desenvolvimento do Brasil. Além da instituição da Biblioteca Nacional, fundou o Banco do Brasil e abriu os portos brasileiros às ‘nações amigas’, findando o monopólio português no comércio da navegação mercantil (GOMES, 2007). Bastantes melhorias foram providenciadas pela família real portuguesa no Brasil, como ensina Gomes (2007, p. 151, 196 e 288):

[...] A chegada da família real produziu uma revolução no Rio de Janeiro. O saneamento, a saúde, a arquitetura, a cultura, as artes, os costumes, tudo mudou para melhor – pelo menos para a elite branca que frequentava a vida na corte. (...) O esforço de mudar o Brasil não se limitou ao aspecto administrativo. Enquanto mandava abrir estradas, construir fábricas e escolas e organizar a estrutura do governo, D. João também se dedicava ao que o historiador Jurandir Malerba chamou de ‘empreendimentos civilizatórios’. Neste caso, a meta era promover as artes, a cultura, e tentar infundir algum traço de refinamento e bom gosto nos hábitos atrasados da colônia. (...) Nenhum período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei. [...]

Na história do Brasil, porém, a educação demorou a receber a merecida atenção das autoridades públicas. Como ensina Gomes (2010, p. 50):

[...] A maré das inovações na Europa e nos Estados Unidos chegaria com algum atraso ao Brasil, mas teria efeito igualmente devastador. Situada do outro lado do mundo, a América portuguesa fora mantida até 1808 como uma colônia analfabeta, isolada e controlada com rigor. A proibição de manufaturas incluía a indústria gráfica e a publicação de jornais. A circulação de mercadorias estava submetida a três instâncias de censura. O direito de reunião era vigiado. A educação limitava-se aos níveis mais básicos e a uma minoria restrita da população. De cada cem brasileiros, menos

de dez sabiam ler e escrever. As primeiras universidades só apareceriam no começo do século 20. (...) O salário de um professor, de 70.000 réis anuais, equivalia a um terço do que se pagava a um feitor de escravos nas fazendas. [...]

Após permanecer no Brasil por cerca de treze anos, a família real portuguesa, por pressão da elite da metrópole, voltou a Portugal, em abril de 1821. Segundo Gomes (2007, p. 276), a insatisfação dos portugueses “era resultado menos das humilhações que o país havia sofrido na guerra e mais dos crescentes privilégios assegurados a D. João a ingleses e brasileiros depois da mudança para o Rio de Janeiro.” D. João resistiu enquanto pode, pois “sabia que, se o império português tinha algum futuro, suas chances de sobrevivência estavam mais no Brasil do que em Portugal” (GOMES, 2007, p. 277). Deixou, à frente do governo no Brasil, o seu filho, D. Pedro I, depois de ter cogitado de enviá-lo a Portugal em seu lugar, com a seguinte frase: “pois bem, se o meu filho não quer ir, eu irei” (GOMES, 2007, p. 280).

Em 1822, em 09 de setembro, agastado com as pressões portuguesas para que o Brasil voltasse à antiga condição subserviente de colônia e contando com o apoio da maçonaria e da elite brasileiras, D. Pedro I proclamou a independência do Brasil, sagrando-se o primeiro imperador brasileiro. Como escreve Gomes (2010, p. 21):

[...] É curioso observar que todo o cenário da Independência brasileira foi construído pelos portugueses, justamente aqueles que mais tinham a perder com a autonomia da colônia. O Grito do Ipiranga foi consequência direta da fuga da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Ao transformar o Brasil de forma profunda e acelerada nos treze anos seguintes, D. João tornou a separação inevitável. Ao contrário do que se imagina, porém, a ruptura resultou menos da vontade dos brasileiros do que das divergências entre os próprios portugueses. [...]

D. Pedro I herdou um país sem recursos financeiros para ser gerido, pois D. João VI havia carregado para Portugal todos os ativos existentes na Corôa. Para Gomes (2010, p. 57 e 66):

[...] O rei mandou raspar os cofres do Banco do Brasil e encaixotar às pressas o ouro, os diamantes e outras pedras preciosas estocadas no Tesouro. (...) Por isso, ao assumir o governo na condição de príncipe regente nomeado pelo pai, D. Pedro encontrou os cofres vazios. (...) Para pagar as despesas, seriam necessários, portanto, dois anos de arrecadação

de impostos, sem gastar mais nada, o que obviamente era impossível porque o país tinha tudo por fazer e estava cercado de ameaças por todos os lados. (...) No final, prevaleceu o projeto dos monarquistas constitucionais liderados por José Bonifácio. Era o que oferecia menos riscos naquele momento. O Brasil se manteve unido sob o governo do imperador Pedro I, cujos poderes, os menos teoricamente, foram limitados por uma constituição liberal. [...]

Mais tarde, D. Pedro I teria que retornar a Portugal, onde seria nomeado sucessor de D. João VI, como D. Pedro IV. Foram quatro os principais motivos dessa decisão: os escândalos de sua vida privada, a oscilação entre os interesses portugueses e brasileiros, os desgastes da guerra com a Argentina pelo controle da província Cisplatina, atual Uruguai, e a perda de popularidade entre os brasileiros (GOMES, 2010). No trono brasileiro, D. Pedro I foi sucedido por seu filho, D. Pedro II. Como contava apenas catorze anos de idade, o novo monarca permaneceu sob a tutela do Regente José Bonifácio de Andrada e Silva, antigo ministro de seu pai, até a antecipação de sua maioridade aos dezesseis anos. Como conclui Gomes (2010, p. 293-294):

[...] Pai e filho não tiveram tempo de despedir-se na madrugada de 7 de abril de 1831, data da abdicação de D. Pedro I. Ameaçado pelos tumultos que tomavam conta das ruas do Rio de Janeiro, (...) o imperador esgueirou-se pela escuridão e refugiou-se na fragata inglesa *Warspites* (...). Antes de partir, num gesto de grande significado político que haveria de enriquecer a sua já debilitada imagem pessoal, nomeou o ex-adversário José Bonifácio de Andrada e Silva tutor dos quatro órfãos reais que ficavam para trás: D. Pedro II e as irmãs Januária, de nove anos, Paula Mariana, de oito, e Francisca, de sete. (...) Na ausência da família, caberia às elites brasileiras prepará-lo para assumir o trono aos 14 anos e servir ao Estado no longo e relativamente estável Segundo Reinado, entre 1840 e 1889, ano da Proclamação da República. [...]

Em Mogi Mirim, as autoridades locais, “em 18 de abril de 1831 resolvem, para a segurança pública, proclamar a regência e anunciar que, não obstante a abdicação de D. Pedro I, continuava o sistema monárquico” (MENDES JÚNIOR, 1971, p. 20). Sua elevação de Vila à Termo ocorreu em 21 de Março de 1833, para a condição de Cidade em 03 de abril de 1849 e ao *status* de Comarca em 17 de julho de 1852, fatos estes ocorridos no segundo Império (SILVA, 1960).

A história registra importantes atitudes de D. Pedro II como Imperador do Brasil, notadamente para a manutenção da integridade do território nacional. No setor dos transportes, D. Pedro II veio a Mogi Mirim, entre outras oportunidades, para participar da inauguração da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que tinha, entre seus acionistas, os mogimirianos Coronel Antonio Joaquim de Freitas Leitão, Dr. Ulhôa Cintra, e o campineiro Barão de Jaguará (URBINE, 2012). Como leciona Campos (1986, p. 11):

[...] No século passado, por três vezes Mogi Mirim recebeu a visita do imperador D. Pedro II: em 27 de agosto de 1875, para inauguração do trecho Campinas – Mogi Mirim, da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro; uma outra visita a 14 de setembro de 1878 e, finalmente, outra em 26 de outubro de 1886. [...]

Mendes Júnior (1971, p. 35, 39 e 46) narra as visitas de D. Pedro II a Mogi Mirim da seguinte forma:

[...] Em 27 de Agosto desse mesmo ano (1875), dia da inauguração da Estrada de Ferro Mogiana, dirigem-se incorporados à respectiva estação, e fazem a recepção solene de S. M. o Imperador, o Sr. D. Pedro II, que vinha entre os passageiros. S. M. o Imperador, depois de um *lunch*, que lhe foi oferecido pela Câmara, dirigiu-se em ato contínuo aos hospitais de variolosos indigentes, onde disse aos doentes palavras consoladoras e aconselhou medidas higiênicas; visitou depois as igrejas as escolas, o paço da Câmara, as prisões e o cemitério municipal; assinou um autógrafo, que lhe foi apresentado pela Câmara, assistiu o *Te-Deum* e recebeu muitos cumprimentos e saudações. No dia seguinte (28 de Agosto), às 5 horas da manhã, regressou S. M. em trem especial para Campinas. [...]

[...] Em 14 de setembro desse mesmo ano (1878), tendo chegado a esta cidade SS. MM. II, o sr. D. Pedro II e sua augusta consorte, resolvem ir saudá-los em nome do município. [...]

[...] Em 26 de outubro desse mesmo ano (1886) chegam a essa cidade, pela terceira vez, SS. MM. Imperiais, o sr. D. Pedro II e sua augusta consorte; o sr. D. Pedro II, visitando as igrejas, revela-se contra os enterramentos *intra e extra muros* das mesmas, declarando que todos devem ser inhumados no Cemitério Municipal. [...]

Para o desenvolvimento do Município, foi de extrema relevância a

inauguração da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, o que serviu como um divisor de águas em sua história. Conforme Urbine (2012, p. 45-47):

[...] Mogi Mirim, no século XIX, teve duas fases distintas: antes e depois da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. A ferrovia acelerou de maneira notável o desenvolvimento físico e econômico da cidade, dando novo alento ao povo e a nossos políticos e administradores. Mas, principalmente, a expansão da lavoura cafeeira do município foi beneficiada e atingiu proporções inéditas, enriquecendo os produtores e aumentando o contingente de mão de obra escrava, que chegou a ser uma dos maiores da Província de São Paulo. (...) Finalmente, em 27 de agosto de 1875 e com grandes festejos, em Mogi Mirim, era inaugurada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, nascida nessa cidade e que chegou a ser a maior ferrovia do Brasil. Foi um espetáculo indescritível, inédito, grandioso e majestoso: a estação recém-construída, elegante e festiva, recebia a grande massa popular que transbordava da Rua São José (atual Conde de Parnaíba). (...) E entre justas aclamações de júbilo, eis que surge bem distante a locomotiva inaugural da grande via férrea paulista, que entra triunfalmente na estação com seus apitos característicos, trazendo em seu bojo D. Pedro II. Naquele dia Mogi parou, e a festa continuou até altas horas da noite. [...]

Mendes Júnior (1971) relaciona, entre as autoridades mogimirianas do século XIX, integrantes da família Adorno, a saber: Thomaz José Pinto Adorno França, como juiz ordinário em 1805, Manoel Pinto Adorno França (irmão do anterior), como vereador em 1815, João Ferreira Alves Adorno, como vereador de 1835 a 1836, além de Francisco Pinto Adorno, como procurador de 1829 a 1834 e como vereador de 1841 e 1844 e de 1845 e 1848. Este último também foi nomeado juiz de paz, em 1843, concomitantemente à nomeação do Padre José Maria Cardoso de Vasconcelos, português, como vigário (SILVA, 1960).

No final do século XIX, a mão de obra brasileira era formada essencialmente por escravos. Embora José Bonifácio de Andrada e Silva e o próprio D. Pedro I fossem abolicionistas, a libertação dos escravos somente aconteceria mais de seis décadas depois da proclamação da Independência e apenas no ano anterior ao da proclamação da República. Segundo Gomes (2010, p. 255):

[...] Por convicção, alguns homens mais poderosos da época defendiam o fim do tráfico negreiro e a abolição da escravatura. Por força das circunstâncias, no entanto, foram incapazes de por em prática suas ideias. É o caso de ninguém menos que

D. Pedro I (...). Se, um ano após a Independência, até o imperador era contra a escravidão, por que ela continuou a existir no Brasil por tanto tempo? (...) O Brasil estava de tal forma viciado e dependente da mão de obras escrava que, na prática, sua abolição na Independência revelou-se impraticável. Defendida em 1823 por José Bonifácio e o próprio D. Pedro, só viria 65 anos mais tarde, já no finalzinho do século. [...]

Em 1873, em resposta a ofício do Governo Provincial, os vereadores mogimirianos informam que “não só a decretação das medidas para a extinção gradual do elemento servil, como o maior desenvolvimento da indústria agrícola, tem elevado muito o preço do braço escravo”. Concluem a mensagem destacando que “o que bem patente torna a falta de braços e por isso a necessidade não só de encaminhar para o Brasil os imigrantes europeus, como também de promover o aproveitamento dos braços livres nacionais” (MENDES JÚNIOR, 1971, p. 28-29). O quadro estatístico local, em 1874, era o seguinte (MENDES JÚNIOR, 1971, p. 31):

[...] A cidade de Mogi Mirim (...) tem 594 fogos, 594 casas habitadas e 54 desabitadas, 4 igrejas, cadeia e casa de câmara, 1 teatro e casa de mercado. Sua população é de 3.000 almas, sendo livres 2.547 e escravos 453. Dos livres, são homens 1.611 e mulheres 1639. [...]

Em 14 de abril de 1875, os mogimirianos congratulam com ilustre conterrâneo, o Dr. João Theodoro Xavier, ao final de seu governo como Presidente da Província, antiga denominação do atual cargo de Governador de Estado (MENDES JÚNIOR, 1971).

Os movimentos pela abolição da escravatura e pela proclamação da República cresciam no Brasil. Em julho de 1886, “a Gazeta de Mogi Mirim rompe na propaganda contra a escravidão, contra os contratos de locação de serviços, a favor da imigração estrangeira e da colonização sobre as bases da pequena propriedade” (MENDES JÚNIOR, 1971, p. 45). Joaquim Firmino, delegado de polícia da Penha do Rio do Peixe, circunscrição que abrangia Mogi Mirim, foi assassinado, em fevereiro de 1888, por ser favorável à libertação dos escravos e por ter se recusado a recapturar os que fugiam das fazendas da região (MENDES JÚNIOR, 1971).

6. A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E O ADVENTO DA REPÚBLICA

A proclamação da República no Brasil ocorreu em 15 de novembro de 1889, por ato do Marechal Deodoro da Fonseca, como notícia a história

oficial, mas de fato decorreu de uma moção publicada pelos Republicanos em jornal do Rio de Janeiro, como ensina Gomes (2013, p. 60-61):

[...] O clima entre civis e militares revoltosos era de completa euforia, com um senão, faltava proclamar a República. Deodoro, apesar de ter demonstrado firmeza ao destituir o ministério, ainda não anunciara formalmente a mudança de regime. (...) Ao ouvir de Benjamin Constant a notícia de que a República ainda não estava proclamada, Aníbal Falcão correu para a redação do jornal Cidade do Rio, de propriedade do abolicionista José do Patrocínio. Ali, em companhia do próprio Patrocínio e de outros dois líderes republicanos, (...) redigiu às pressas a única proclamação formal da República ouvida naquele dia. [...]

No ano anterior, notadamente em 13 de maio, havia sido sancionada a Lei Áurea, pela Princesa Isabel, filha de D. Pedro II, que aboliu totalmente a escravidão no país e contribuiu para o fim da Monarquia. Conforme Gomes (2013, p. 22-23):

[...] Nesse Brasil de faz de conta, destacava-se uma nobreza constituída, em sua maioria, por fazendeiros donos ou traficantes de escravos. Eram eles o sustentáculo do trono, que, em contrapartida, lhes conferia títulos de nobreza não hereditária, tão efêmera quanto à própria experiência monárquica brasileira. Todo esse precário arcabouço começou a ruir em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, que abolia a escravidão no país. Os barões do café do Vale do Paraíba, que dependiam da mão de obra cativa, se sentiam traídos pela coroa. (...) republicanos civis e militares foram apenas parte das forças que, direta ou indiretamente, contribuíram para a queda do Império. [...]

Nesse período histórico brasileiro, que se iniciou no final do século XIX, o Município de Mogi Mirim contou com membro da família Adorno como protagonista: o Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno. Destacou-se tanto no campo da política como na cultura. Foi vereador em 1890 e de 1896 a 1898 e atuou como delegado de polícia em 1902 (SILVA, 1960). Seu nome também esteve ligado à irmandade que inaugurou o prédio da Santa Casa de Misericórdia e ao jornal O Mojiano (SILVA, 1960, p. 113 e 171):

[...] Com magníficas festas, em 03 de julho de 1888, foi inaugurado o hospital com a benção do edifício, missa e Te-Deum, oficiados pelo vigário da paróquia, Padre João

Éboli, lavrando-se de tudo uma ata que vem devidamente assinada: Provedor Antonio Pinheiro de Ulhoa Cintra, Tte. Ezequiel Bueno de Campos, Francisco Alves da Silva, Venâncio Ferreira Alves Adorno, Miguel Antunes Pereira Lima, cônego Luís José de Brito e João Mendes de Almeida Júnior, secretário da irmandade. [...]

[...] 1902 - “O Mojiano” - órgão político que apareceu com a primeira dissidência (Prudente de Moraes), do Partido Republicano chefiado pelo Cel. Venâncio Ferreira Alves Adorno, dr. Benedito Neto de Araújo e dr. Francisco e dr. Miguel de Barros Penteado. Saiu o primeiro número em formato “germania” em 17 de setembro. Em 1906, passou a ser seu redator dr. Miguel de Barros Penteado, funcionando como órgão de partido até 24 de agosto de 1908. [...]

Como membro do Partido Republicano, a participação do Coronel Venâncio na política local foi significativa a partir da instalação do novo regime. Ele presidiu a sessão inaugural da Câmara Municipal Republicana e foi eleito seu primeiro presidente interino na fase da República (SILVA, 1960, p. 217-218):

[...] Livro de Atas da Câmara Municipal de Moji-Mirim. Primeira Sessão do Conselho de Intendência de Moji-Mirim, em 19 de janeiro de 1890. Presidência do sr. Venâncio Ferreira Alves Adorno. Aos 19 dias do mês de janeiro de 1890, nesta cidade de Moji-Mirim, no Paço Municipal, presentes os cidadãos capitão Venâncio Ferreira Alves Adorno, José Tenésio Pereira da Fonseca, José Silvestre de Freitas Leitão e Augusto Saturnino de Carvalho Rodrigues, e empossados de seus cargos pela Câmara dissolvida, é aclamado Presidente interino o cidadão capitão Venâncio Ferreira Alves Adorno. O cidadão presidente declarou que vai proceder-se à eleição do Presidente e Vice-presidente efetivos da intendência municipal. Correndo a eleição, para o cargo de Presidente, são recebidas 4 cédulas que dão o seguinte resultado: Capitão Venâncio Ferreira Alves Adorno, 3 votos, Augusto Saturnino de Carvalho Rodrigues, 1 voto. [...]

Conforme Bérghamo (1986, p. 17-18), em 1900, o Coronel Venâncio doou terreno de sua propriedade para a construção do primeiro grupo escolar mogimiriano, que unificou as sete escolas então existentes na cidade:

[...] Em 1836 a nossa cidade contava com uma escola pública e duas particulares, totalizando 53 alunos. As Associações Beneficente e União e Fraternidade Mogiana fundaram em

1874 cursos primários e noturnos, destinados aos dois sexos. Nos primeiros dias deste século, já funcionavam nesta cidade 7 escolas públicas primárias, sendo três masculinas quatro femininas. (...) O Grupo Escolar Coronel Venâncio foi o primeiro Grupo Escolar instalado em Mogi Mirim, criado por decreto de 13 de janeiro de 1900, ao qual foram agrupadas as 7 escolas existentes na cidade. Naquele mesmo ano, recebeu o nome de seu patrono o Cel. Venâncio - benemérito batalhador das causas de ensino e doador do terreno onde hoje se encontra o magnífico estabelecimento. A situação atual dessa escola, quanto ao número de classes e nome do diretor, consta de um grande quadro onde se acham relacionados todos os estabelecimentos oficiais agrupados. [...]

É a mesma informação que se extrai da obra de Silva (1960, p. 221):

[...] 1900 - Em 13 de janeiro: é criado o grupo Coronel Venâncio nesta cidade. 10 de fevereiro: instala-se o referido Grupo, o primeiro estabelecimento de ensino primário desse gênero a funcionar em Moji-Mirim, edificado em terreno doado pelo Cel. Venâncio Ferreira Alves Adorno. Os primeiros professores foram os que exerciam os cargos em escolas isoladas, 3 masculinas e 4 femininas, que existiam nessa época em Moji. [...]

O reconhecimento do Município aos feitos deste ilustre cidadão mogimiriano pode ser verificado pela outorga de seu nome ao Grupo Escolar que foi construído no terreno que doou e a uma importante rua situada no atual bairro de Nova Mogi, na Santa Cruz.

Há, ainda, registro da atuação de outro integrante da família Adorno na política local no período da República Velha. Também chamado Francisco Pinto Adorno, tinha propriedade rural com seus irmãos Ezequiel Pinto Adorno, Manoel Adorno e Leopoldina Adorno Alves, no Bairro do Mato Dentro, às margens da via vicinal que liga os municípios de Mogi Mirim e Artur Nogueira. Foi subprefeito do então Distrito de Artur Nogueira, que pertencia ao município de Mogi Mirim, de 1920 a 1926. Era filho de Antonio Pinto Adorno e parente colateral do Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno (ARTUR NOGUEIRA, 2015).

CONCLUSÃO

A origem da família Adorno remete o leitor à Idade Média, ao período do pós-feudalismo, no início do século XIV. Era integrada por

nobres, que chegaram a ocupar a condição de Doge em Gênova. Disputas entre as famílias Adorno e Fieschi naquela localidade foram resolvidas por casamentos de conveniência entre seus integrantes. Um destes enlaces foi entre Giuliano Adorno e Catarina Frieschi, esta última posteriormente canonizada pela Igreja Católica, em razão dos trabalhos humanitários que realizou junto aos desvalidos e doentes de Gênova.

A cidade foi invadida por Dória, com o apoio do Rei da França, que expulsou de Gênova os integrantes de ambas as famílias, ao assumir o poder local. Os Adornos emigraram para a península Ibérica e de lá para as colônias portuguesas (Brasil) e espanholas (Porto Rico), ao final do século XV. Os irmãos Adorno, Giuseppe, Paolo e Francesco, acompanharam a expedição de Martim Afonso de Souza para a colonização do Brasil, no início do século XVI. Essas expedições contavam com a experiência angariada no plantio de cana-de-açúcar nas Ilhas Madeira. Foram fundados engenhos de açúcar em São Vicente e em Santos, pouco mais de trinta anos depois do descobrimento do Brasil, com a participação dos irmãos Adorno. Eles também atuaram na catequização dos índios junto aos padres jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, especialmente no litoral paulista, fornecendo suas embarcações e proteção no transporte para as missões. Devido a este contato, auxiliaram os portugueses nas lutas para a expulsão dos franceses da baía da Guanabara, onde pretendiam fundar uma colônia.

Um dos irmãos, Paolo Adorno, após as batalhas na Guanabara, mudou-se para a Bahia, onde se casou com a filha do bandeirante Caramuru. Seus filho, Antonio Dias Adorno, passou a integrar as bandeiras que partiam com destino ao interior. De uma delas, resultou a fundação do então Arraial de Mogi Mirim, na qual estava presente o bandeirante Vicente Adorno, descendente de Giuseppe Adorno, entre 1719 e 1721. Por estar situado em ponto estratégico que servia de entreposto para as bandeiras que se dirigiam ao sertão de Goiás e do Mato Grosso, o lugarejo desenvolveu-se rapidamente, passando a Termo, Freguesia, Vila e Cidade, entre os séculos XVIII e XIX.

O Município de Mogi Mirim chegou a ser um dos maiores do mundo em extensão territorial, pois se estendia do rio Atibaia até o rio Grande, no norte de São Paulo. Ganhou importância no cenário nacional no segundo Império, com a instituição da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, o que motivou a vinda de Dom Pedro II à cidade por três oportunidades. Nesse período, integrantes da família Adorno chegaram a exercer funções judiciais e legislativas no Município.

No período da República, membro da família Adorno foi figura expoente na política e na cultura de Mogi Mirim. Trata-se do Coronel

Venâncio Ferreira Alves Adorno, que foi o primeiro Presidente interino de Mogi Mirim no período Republicano. Como figura maior do Partido Republicano, participou da fundação do jornal O Mogiano. Também integrou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, tendo participado da inauguração de suas instalações. Foi figura importante para o ensino, pois doou terreno de sua propriedade para a instalação do primeiro Grupo Escolar mogimiriano em 1900. A escola leva o seu nome, em merecida homenagem ao patrono, assim como importante via de acesso ao bairro da Santa Cruz, em Mogi Mirim.

Como ensina Gomes (2013, p. 27):

[...] Por que história se tornou um tema popular nos últimos anos? Existem várias respostas possíveis, mas uma delas é que os brasileiros estão olhando o passado em busca de explicações para o país de hoje. Dessa maneira, procuraram também se aparelhar mais adequadamente para a construção do futuro. Isto também é uma excelente notícia. Uma sociedade que não estuda história não consegue entender a si própria porque desconhece suas raízes e as razões que a trouxeram até aqui. E, se não consegue entender a si mesma, provavelmente também não estará preparada para construir o futuro de forma organizada. O estudo da história é, hoje, talvez até mais do que qualquer outra disciplina, uma ferramenta fundamental na construção do Brasil dos nossos sonhos em um novo ambiente de democracia. [...]

O presente estudo buscou, desta forma, mostrar a importância dos imigrantes italianos para a formação e o desenvolvimento de Mogi Mirim, especialmente como forma de conhecer sua origem e de encontrar elementos que permitam direcionar seu futuro.

REFERÊNCIAS

ARTUR NOGUEIRA. Disponível em <<http://www.arturnogueira.sp.gov.br>>. Acesso em janeiro de 2015.

BERGAMO, A.. Subsídios para a história do ensino de Mogi Mirim. **Coletânea de textos**. Mogi Mirim: Câmara Municipal, 1986, p. 17-26.

CAMPOS, S. R.. Nasci da bravura dos paulistas. **Coletânea de textos**. Mogi Mirim: Câmara Municipal, 1986, p. 9-12.

FRANCO, F. de A. C.. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1989. P. 17/8. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2010. Disponível em: <http://www.priberam.pt>>. Acesso em janeiro de 2015.

DORIA, P. **1565 - Enquanto o Brasil nascia**: a aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, 728p.

FRANCO, C.. **Italianos no Brasil**. 3ª ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

FREIRE, G.. **Casa grande e senzala**. 51ª ed., São Paulo: Global, 2003, 728 p.

GODOY, J. E. P. de. **Dinastias Políticas Coloniais**: um levantamento na Câmara Municipal de Mogi Mirim, 2002, 44 p.

GOMES, L.. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2ª ed, São Paulo: Planeta, 2007, 367 p.

GOMES, L.. **1822**: Como um home sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, 351 p.

GOMES, L. **1889**: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo S/A, 2013, 415 p.

HERMIDA, A. J. B.. **História do Brasil**. 23ª ed., São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1958, 221 p.

HERMIDA, A. J. B.. **História geral**. 5ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, 282 p.

MENDES JÚNIOR, J.. Revista histórica do município de Mogi Mirim. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1889, reeditada em 1971, 86 p.

NOVOMILENIO. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0150e.htm>>. Acesso em janeiro de 2015.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os Adornos da Itália**. Matéria publicada no jornal de 04/01/1954.

SANTI E BEATI. Disponível em <<http://www.santiebeati.it/dettaglio/54375>>. Acesso em janeiro de 2015.

SILVA, L. M. de C. e. **Moji Mirim**: subsídios para sua história. Moji Mirim: Casa Cardona, 1960, 241 p.

URBINE, L. J. **Coronel Leitão**: 200 anos de história. Holambra: Setembro, 2012, 263 p.

WIKIPEDIA. Disponível em <<http://it.wikipedia.org>>. Acesso em janeiro de 2015.